

## **Privilégio familiar ou estratégia política: a permanência de Salvador Correa de Sá e Benevides no governo do Rio de Janeiro (ca.1637 – ca.1643)**

**Helena de Cassia Trindade de Sá<sup>1</sup>  
Bruno Corrêa de Sá e Benevides<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo busca discutir as razões da permanência de Salvador Correa de Sá e Benevides no governo da Capitania do Rio de Janeiro após a aclamação do Duque de Bragança como rei de Portugal, que se deu em decorrência da Restauração. Para tanto, nosso ponto de partida será um levantamento da trajetória administrativa do referido governador desde a sua primeira gestão à frente da Capitania em 1637 durante a administração filipina. Este trabalho ainda tem como objetivo demonstrar a atuação de Benevides nos círculos sociais tanto da colônia, quanto da metrópole e as estratégias que por ele foram utilizadas a fim de se manter no poder.

**Palavras-chave:** Salvador Correa de Sá e Benevides, governo, Rio de Janeiro.

**Abstract:** The article discusses the reasons for the stay of Salvador Correa de Sá e Benevides in the government of the Province of Rio de Janeiro after the duke of Bragança acclaim as king of Portugal, which occurred as a result of the Restoration. Therefore, our starting point is a survey of the administrative trajectory of said governor since his first term at the head of the Captaincy in 1637 during the Philippine administration. This work also aims to demonstrate the Benevides of action in the social circles of both the colony, as the metropolis and the strategies that have been used by him to remain in power.

**Keywords:** Salvador Correa de Sá e Benevides, government, Rio de Janeiro.

### **Apresentação**

Embora o Rio não fosse uma das capitanias governadas por um donatário, e sim um estabelecimento por eles fundado, os Correias de Sá, com o correr do tempo passaram a considerar o local um feudo virtualmente de sua propriedade. Utilizaram as suas sucessivas investidas oficiais na edificação de uma considerável fortuna familiar, graças às suas posses em terras, canaviais e escravos. Essa família, com efeito, gozava finalmente de mais poder e influência no Rio de Janeiro do que os donatários das capitanias que não estavam inteiramente controlados pela coroa<sup>1</sup>.

Essa foi a descrição feita pelo *brasilianista*, Charles Boxer, a respeito da família da qual Salvador Correia de Sá e Benevides foi descendente direto. Trata-se de um breve escrito retirado da obra que se tornou um clássico de autoria deste historiador britânico, que recebeu o título *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)*, cujo tema central foi realizar uma densa biografia de Benevides e ressaltar a sua participação na reconquista de Angola (1648) ocupada pelos holandeses desde 1641.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em História pela mesma instituição.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO.

Benevides representou, portanto, um símbolo desse domínio exercido pelos *Correa de Sá* na capitania do Rio de Janeiro ao longo do século XVII. Filho da *elite da terra*<sup>2</sup> exerceu diversos cargos da administração colonial<sup>3</sup>, entre eles o de governador do Rio de Janeiro. Fez riqueza com o comércio, tráfico de escravo e com a produção açucareira. Envolveu-se em guerras, em conflitos locais por disputa de influência dentro e fora da capitania. Pelo que se vê, imbricada e rica foi a sua trajetória.

Apesar de toda a sua atuação durante o período colonial, houve um afastamento por parte da historiografia mais regionalista, sobretudo no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século vinte<sup>4</sup>, em relação à memória de Benevides no comando da capitania e no processo de formação da cidade. O esforço de conexão é relativamente recente por parte dos historiadores, que inclusive vem despertando interesse no estudo sobre Salvador Benevides e a sua complexa rede de relações interpessoais na colônia<sup>5</sup>, pois durante os primeiros anos da República (1889-1945), grande parte do passado colonial foi deixado para trás e a memória sobre Salvador percorreria esse mesmo trajeto.

Talvez seja porque Benevides representasse tudo de mais retrógrado em se tratando de um mundo do século XX, especialmente aquele republicano. Assim, houve um esforço por parte dos artífices da república para que a antiga Capital Federal se desconectasse de um passado possuidor de um governador colonial que exalasse o odor da escravidão, de um catolicismo arraigado e uma submissão monárquica. Certamente tais razões contribuíram para que seus feitos fossem deixados à margem, mesmo que de certo modo tenham colaborado, já nos seiscentos, para uma proeminência da cidade do Rio de Janeiro (antes capitania), e até mesmo das repartições do sul<sup>6</sup>, frente ao então nordeste açucareiro.<sup>7</sup> Foi preciso que um *brasilianista* britânico (C. Boxer) tomasse a dianteira e elaborasse um trabalho dedicado ao Benevides, fazendo um profundo uso de fontes com todo o rigor metodológico.

Realizadas essas considerações preliminares, a proposta deste artigo é compreender a permanência de Salvador Correia de Sá e Benevides no governo da Capitania do Rio de Janeiro após 1640. Esta situação suscita no mínimo curiosidade, uma vez que Portugal, a partir daquela data, deixava de fazer parte da monarquia compósita sob a égide de Castela e, Benevides estava como bem disse Wolfgang Lenk “mergulhado até os bigodes em interesses platinos”<sup>8</sup>, o que poderia gerar inseguranças em relação a sua fidelidade, como ocorreu com o Marques de Montalvão. No entanto, enquanto este foi deposto do cargo de Governador-geral, “em decorrência de uma disputa interna soteropolitana associada à insegurança e ao

desconhecimento do que acontecia na Bahia”,<sup>9</sup> aquele obteve a confirmação da mercê de patente de governador concedida por D. Filipe IV.

A sua primeira administração possui duas peculiaridades instigantes do ponto de vista histórico. A primeira é a data de sua nomeação ao cargo que aconteceu próximo ao final da união Ibérica, sobre a chancela do rei Felipe IV, quando em “(...) 21 de fevereiro de 1636 o rei assinou o decreto da nomeação de Salvador Correia de Sá e Benevides para governador e capitão-mor da cidade de São Sebastião e da capitania do Rio de Janeiro (...)”<sup>10</sup>. Já a segunda é que Benevides apenas deixou cargo após o movimento que nas Cortes portuguesas ficou conhecido como processo de Restauração, tendo sua governança sido prolongada mesmo depois da ascensão de um rei português (D. João IV).<sup>11</sup>

Deste modo, como a atuação administrativa de Salvador Benevides no Rio chegou ao fim somente em 1643, seu governo atravessou um período político de mudanças nas estruturas do poder central metropolitano. Essas mudanças disseram respeito, entre tantas outras, à sucessão de reis pertencentes a distintas famílias reais. A troca de reinado certamente influenciaria diretamente na administração dos domínios ultramarinos, como seria o caso da colônia brasileira. Ainda assim, Benevides conseguiu se manter no cargo por mais três anos após 1640, e teve sua governança confirmada e preservada por D. João IV.<sup>12</sup>

Nesse contexto, a questão que se pretende investigar recai sobre o porquê Salvador Correia de Sá e Benevides, um governador escolhido durante o reinado de um monarca espanhol, permanecerá no cargo após as mudanças políticas geradas em razão do término do período filipino e a sucessão real em Portugal. Portanto, quais razões e interesses políticos fizeram com que o novo monarca, D. João IV, confirmasse e conservasse Salvador no governo da Capitania do Rio de Janeiro?

A partir desta premissa, levantamos os seguintes questionamentos que permearão este trabalho: (a) Teria sido a sua governança tão eficiente a ponto de ser prolongado o seu cargo? (b) Sua trajetória administrativa e a tessitura das redes de relações político-familiar contribuíram para o seu trânsito entre os governos espanhol e português; (c) Em sentido contrário, teria sido a continuação do cargo um ato político de D. João IV no sentido de conservar o apoio do poder local da capitania de maior influência?

Como será exposto ao longo deste artigo, a manutenção de Salvador Benevides no cargo não decorreu em razão de apenas um desses fatores de forma isolada, mas sim uma sobreposição de distintos aspectos que atendiam não só a estratégia da Coroa para conquistar

o apoio oriundo dos grupos locais na legitimação do novo monarca, como também, a preservação do *status quo*, já que o governador era membro de uma família que há muito governava o Rio, sendo um bom conhecedor da realidade da capitania e da própria colônia.

### **Um esboço sobre a conjuntura**

No século XVII houve uma relativa expansão econômica do Brasil. Assistiu-se na época, uma forte preocupação com a defesa territorial e organização militar, consolidando dessa forma o domínio lusitano sobre o território costeiro da América portuguesa e a exploração do interior pelos paulistas. Sob o governo filipino, no que ficou conhecido na historiografia como União Ibérica,<sup>13</sup> a colônia teve um incremento no número de engenhos, e ainda pode vislumbrar “o avanço do domínio do território, e a intensificação das relações comerciais com as possessões espanholas”<sup>14</sup>. Para Rodrigo Ricupero foi um período marcado pela expansão da economia açucareira, bem como o início da guerra contra os holandeses. Além disso, segundo o autor, foi nessa ocasião em que “se estruturaram no Brasil os mecanismos do Antigo Sistema Colonial, em especial com o estabelecimento do exclusivo comercial”<sup>15</sup> havendo ainda o incremento do tráfico de escravos africanos e o acirramento da carga fiscal.

A posição meridional do Rio de Janeiro favoreceu a navegação entre os portos negreiros africanos e as possessões espanholas no estuário do Rio da Prata. O direito de asiento adquirido pelos portugueses incrementou esse comércio e permitiu uma participação ativa dos comerciantes situados na praça fluminense no negócio do tráfico negreiro.<sup>16</sup> Muitos traficantes de escravos das capitanias do Norte tinham representantes na capitania fluminense, que ocupava um lugar de destaque nesse comércio em virtude da proximidade com o Rio da Prata. Hendrick Conraeds, em 1637, afirmou que “os negros que se vendem no Rio da Prata são vendidos pelos mercadores de Buenos Aires, que vem comprá-los aqui [no Rio de Janeiro]”<sup>17</sup>. As facilidades oferecidas pelas autoridades fluminenses que tinham envolvimento com esse negócio eram um outro incentivo. A administração da capitania esteve desde os primórdios sob interferência dos primeiros colonos que se arriscavam a defendê-la e usaram para isso os seus recursos, ao mesmo tempo em que participavam das atividades ligadas ao comércio. A oligarquia dos Sá é um bom exemplo desse envolvimento. Alguns membros e aliados dessa família governaram o Rio e obedeceram à lógica da metrópole sem se descuidar dos interesses dos colonos, o que não seriam ações excludentes, e sim complementares, no ambiente colonial.<sup>18</sup> Nesse contexto, cabe lembrar que o patriarca Salvador foi um inveterado traficante, assim como seu filho Martim de Sá e seu neto Salvador Benevides. O poderio

deles estava acoplado a uma rede mercantil que envolvia Rio, Buenos Aires e Luanda e cujas atividades eram do interesse de Lisboa.<sup>19</sup>

Dessa forma, ao longo do seiscentos a cidade vai se convertendo no epicentro das capitânicas do sul e porto de entrada de mercadorias, prata e escravos e em importante elo entre diferentes regiões como a África, Europa e interior do continente americano. Especialmente após a Restauração portuguesa (1640), às “consecutivas vitórias decorrentes dos serviços prestados à Dinastia dos Bragança pelos moradores da cidade, em grande parte coordenados pela clã dos Sá, e principalmente por Salvador Correa de Sá e Benevides”<sup>20</sup>, foram fundamentais para sua projeção no interior do império lusitano. Assim, a pequena praça fluminense vai se transformando não só pela sua posição geográfica como também política e econômica em uma das mais promissoras cidades da América portuguesa.

### **A trajetória de Salvador Correa de Sá e Benevides.**

Salvador Correa de Sá e Benevides nasceu em Cadis (Espanha) em 1602. Filho de Dona Maria de Mendoza y Benavides e do Governador do Rio de Janeiro Martim de Sá, pertencia a uma família que gozava de “excelentes credenciais nos dois lados do Atlântico”. Educado por jesuítas, veio pela primeira vez ao Brasil em 1614 com seu avô, Salvador Correa de Sá.<sup>21</sup> Aos dezesseis anos recebeu de D. Filipe III o título de Cavaleiro da Ordem militar de Santiago, tendo sido dispensado da exigência legal de possuir vinte e um anos para obtenção do referido título.

Dom Philippe III, faço saber a qualquer praça constituída e em dignidade e (...) assistente nas partes do Brasil que Salvador Correa de Sá residente nas ditas partes, filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correa de Sá fidalgo de minha casa me enviou dizer que ele devotava e tinha devoção de servir a nosso senhor e a mim na dita ordem e viver sob a regra regular observância dela pedindo-me por mercê o receber a dita ordem e prover e do [...] e insígnias dela e vendo eu sua devoção e como se pensa que a ordem e a mim pode bem servir e ter as qualidades que se requer em conforme aos estatutos da ordem como fez certo na minha mesada e conveniência e ordens perante os deputados dela e haver dispensado na menoridade por lhe fazer mercê me praz de o receber na dita ordem e por esta nos mandou poder e comissão que lhe lanceis o hábito dos cavaleiros noviços dela em qualquer Igreja ou Mosteiro dessas partes com todos os autos e cerimônias que a regra dispõe (...).<sup>22</sup>

Posteriormente ao recebimento do hábito da Ordem de Santiago, Benevides recebeu o da Ordem de Cristo<sup>23</sup>

Estava em Lisboa quando foi destacado para comandar um navio, o Nossa Senhora da Penha de França, a fim de levar socorro ao Rio de Janeiro<sup>24</sup>, dada a ameaça de ataque dos holandeses a outras áreas da Costa do Brasil, após a invasão da Bahia (1624-1625) pela tropa comandada por Piet Heyn. A viagem para o Rio ocorreu sem incidentes e Benevides foi incumbido pelo governador Martim de Sá de ir para a Capitania de São Vicente a fim de levantar mais homens e adquirir suprimentos para ajudar aos que faziam cerco a Bahia. Recrutou ali e no Rio de Janeiro “cem índios e oitenta brancos, com os quais no começo de fevereiro de 1625 partiu para o norte em duas caravelas e seis grandes embarcações de guerra”<sup>25</sup>. Durante o trajeto a esquadra deparou-se no Espírito Santo com quatro navios holandeses, comandados pelo mesmo Piet Heyn, que após uma empreitada fracassada de ocupação de Luanda e Benguela, na África, pretendia tomar a supracitada capitania. Após a abertura de fogo, os inimigos se renderam e Benevides prosseguiu viagem para o norte onde participou da expedição dos vassallos que reconquistou a Bahia dos holandeses.

Com parentes que ocupavam importantes cargos em Buenos Aires foi também nomeado em 1627, almirante da Costa meridional do Rio da Prata, título honorário “que implicava uma ligação oficial com o território colonial espanhol”<sup>26</sup>. Foi também chamado a conter a rebelião dos índios do Alto Paraguai e anos mais tarde sufocou um levante de índios Calchaqui na província de Tucumã (1632). Vale lembrar que em decorrência de sua vitória no confronto com os holandeses no Espírito Santo, seu pai agenciou, em 1628, sua nomeação para Alcaide-mor<sup>27</sup> do Rio de Janeiro.

Em 1631, casou-se com uma rica *criolla* viúva, Dona Catalina de Ugarte y Velasco (descendente colateral de D. Luis de Velasco, que fora duas vezes vice-rei do México e uma vez do Peru)<sup>28</sup> herdeira de grande prestígio, detentora de grandes latifúndios” e uma das pessoas mais ricas da região. Através deste casamento, Salvador Correa de Sá e Benevides passou a ter o controle de vastas propriedades na província de Tucumã, região que abastecia o Potosi, “centro das atividades comerciais dos peruleiros e produtora de grandes quantidades de prata.”<sup>29</sup>

Após a morte de Martim de Sá em 1632, dois governadores interinos assumiram a governança fluminense: Duarte Correia Vasqueanes (seu meio-tio) e Rodrigo de Miranda Henriques (“a quem o governador-geral, na Bahia, nomeou governador em exercício na cidade até que Sua Majestade desse ordens em contrário.”)<sup>30</sup>. Entretanto, Benevides tinha

pretensões de assumir o cargo que pertencera a seu pai e foi para o Reino pleitear o posto. Uma junta presidida pelo Duque de Olivares havia decidido nomeá-lo para Governador do Rio de Janeiro. Em 1637 o Rei Filipe IV, assina um decreto o nomeando Governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro.

### **O Governador da Capitania do Rio de Janeiro.**

Carta do Rei, D. Filipe III, datada de 1637, confirma Salvador Correa de Sá e Benevides como Governador e Capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro por um período de três anos podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo. Dizia a missiva:

Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê em satisfação dos ditos serviços e demais de outros que pelos mesmos lhe fez da Capitania-mor e governo do Rio de Janeiro por tempo de três anos na vagante dos providos antes de trinta de outubro do ano passado de mil e seiscentos e trinta e seis em que lhe fez exata mercê, e servindo nos ditos três anos com satisfação como dele se espera [...]hei por bem que continue no dito governo por mais outros três anos sem interpolação (...).<sup>31</sup>

O documento ainda destaca os feitos realizados pelo seu pai (Martim de Sá) e seu avô (Salvador Correa de Sá). A família gozava de enorme prestígio com a Coroa e Benevides foi o terceiro da descendência direta a governar a Capitania.

(...) havendo respeito aos que Salvador Correa de Sá e Benevides, cavaleiro fidalgo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e comendador dela, fidalgo de minha casa me fez até agora e aos serviços do seu avô Salvador Correa de Sá e seu pai, Martim de Sá, ambos também fidalgos de minha casa feitos no Brasil pelejando todos muitas vezes com os inimigos e gastando muito de sua fazenda nas fortificações do Rio de Janeiro e em defesa de toda a Costa do Sul em que sempre procederam como convinha a meu serviço.

[...].<sup>32</sup>

Depois da influência de sua família e da participação desta na defesa e colonização da Capitania, as façanhas do próprio Salvador Benevides foram elencadas como justificativa para a sua escolha como governador. Nesse sentido, foi destacado o auxílio concedido a Pernambuco e a Bahia contra os holandeses, o socorro ao Espírito Santo, a luta contra os

índios na Província do Paraguai, além de outros serviços que demonstravam sua consideração para com o monarca.<sup>33</sup>

Durante o exercício do cargo, além de atuar como o representante do rei na capitania, Benevides também reforçou o papel do Estado português no centro sul da colônia, ao promover a defesa da região. Submeteu-se ainda as ordens emanadas pela metrópole, ao mesmo tempo em que tirou proveito das propinas, privilégios e vantagens que a ocupação do cargo lhe proporcionava.<sup>34</sup>

Vale ressaltar, que os governadores das capitanias dispunham de relativa autonomia<sup>35</sup> de decisão, “estando sujeitos ao governador-geral apenas em matérias que dissesse respeito à política geral e a defesa do território”. Sujeitavam-se também aos secretários de Estado em Lisboa,<sup>36</sup> fato que concedia um espaço de “incertezas hierárquicas” abrindo brechas para a criação de um campo de poder “independente”<sup>37</sup>. Rodrigo Ricupero amplia a questão ao afirmar que a administração colonial “oferecia a seus membros ou a pessoas a eles ligadas, uma série de possibilidades de ganhos tanto econômicos como sociais”<sup>38</sup>.

Salvador Correa de Sá e Benevides já possuía uma vasta fortuna oriunda de seu casamento e inúmeros negócios realizados na América espanhola quando recebeu de herança pela morte de seu pai propriedades fundiárias, incluídos aí canaviais na região da Tijuca e de Jacarepaguá. Em 1636 conseguiu junto ao Senado da Câmara a permissão para construir um trapiche de dez braças de comprimento por cinco de largura na várzea da cidade, em frente onde morava André Dias Homem, que se destinaria ao armazenamento e pesagem do açúcar, breu, farinha de mandioca e outros produtos da terra que eram exportados pelo porto fluminense. Pelo acordo, Benevides ainda deveria a comprar balança com todos os pesos, e pagar um foro de vinte mil réis a Câmara sendo-lhe garantido a exclusividade do negócio, não podendo existir outra balança de peso na cidade.<sup>39</sup> Segundo Charles Boxer “havia anos que se sentia a necessidade de um desses armazéns, desde que em Lisboa os negociantes começavam a se queixar da quebra de peso acusada pelo açúcar importado do Rio de Janeiro”<sup>40</sup>. Para a pesagem os plantadores deveriam pagar uma taxa fixa de quarenta réis por cada caixa de açúcar pesada e o referente a essa mesma quantia pela armazenagem. Esse negócio foi muito rendoso para Benevides que com ele passou a controlar a exportação de todo o açúcar fluminense para a Europa.<sup>41</sup> Além disso, desde a época do seu avô Salvador Correa de Sá a família possuía negócios na parte hispânica da América o que foi reforçado após seu casamento com uma rica viúva daquela região.



Durante seu governo, Salvador Benevides sofreu oposição dos colonos que rivalizavam com a oligarquia dos Sá e desafiavam o seu poder, a fim de conquistarem para si cargos importantes, mercês, e prestígio local, na tentativa de garantir dessa forma, a expansão dos seus patrimônios. Por outro lado, contou com o apoio dos jesuítas, ordem pela qual possuía grande apreço. “Conhecedor da força e poder dos inacianos, sempre soube utiliza-los a seu favor, numa troca de apoio recíproco”<sup>42</sup>. Acreditava ainda, ser eles o único grupo que possuía qualificação para evangelizar e catequizar os índios.

Um dos seus ferrenhos opositores foi Domingos Correia, provedor da Fazenda do Rio de Janeiro. Integrante do grupo de Aleixo Manuel, cujos integrantes eram contrários a sua administração, foi nomeado Provedor da Fazenda Real pelos serviços prestados na Guerra contra os holandeses na Bahia e Pernambuco. Em 1639 foi retirado do cargo por Salvador Correia de Sá e Benevides antes do término do seu período trienal de serviço e por discordâncias na condução da provedoria e para abrir vaga para Pedro de Souza Pereira, casado com uma parenta do governador.<sup>43</sup>

[Em] janeiro de 639 fui suspenso [Domingos Correia] pelo capitão-mor Salvador Correia de Sá em respeito de lhe encontrar [tomando] umas pipas de sal de S. Majestade que havia tirado de noite da Nau de Francisco Cordeiro que foi desta cidade como se vê do auto fl.2 e não contente com o haver feito a suspensão que lhe fez sem o poder fazer [...] o mandou prender violentamente por uma Companhia de soldados[...] o capitão mor mandou fazer despesa que não consenti [...] e fazendo ódio e cada dia mais o suspendeu varias vezes sobre não consentir em coisas que não convinham ao serviço de V.Majestade e bem de sua Real Fazenda [...] e vindo deste Reino um Pedro de Souza provido no mesmo cargo que se lhe deu.<sup>44</sup>

Esse caso despertou forte oposição e fez com que os adversários de Benevides solicitassem sua ida a Portugal a fim de responder pelas suas supostas malversações, o que só aconteceu anos mais tarde.

A notícia da aclamação do Duque de Bragança como o novo rei de Portugal chegou em um momento muito complicado nas Capitânicas do Sul. No Rio de Janeiro, duas facções se digladiavam pelo poder local: a do próprio Salvador e dos descendentes da Família Mariz. Além disso, havia uma forte disputa entre os jesuítas e os predadores de índios, os quais desejavam a expulsão daqueles do território da capitania fluminense, tal qual ocorrera em São Paulo. Por outro lado, o rompimento com a Coroa Espanhola poderia trazer consequências

negativas para Benevides e para os “outros membros da elite local que tinham fortes conexões com a região do Rio da Prata, através do contrabando e tráfico de escravos”<sup>45</sup>.

Entretanto, analisando por um outro viés, a chegada de um novo monarca poderia traçar novas perspectivas para a capitania. Assim sendo, um novo governo dependente do apoio local poderia abrir novas possibilidades e oferecer garantias na defesa dos interesses de determinados grupos. Para os colonos envolvidos no comércio triangular Rio-Buenos Aires-Angola e o contrabando, a situação poderia permanecer inalterada caso pudessem contar com a conivência de autoridades espanholas. Dessa forma, o Rio de Janeiro teria pouco a perder ao se posicionar ao lado da Casa de Bragança e Salvador Correa de Sá e Benevides muito se beneficiaria pelo fato dos jesuítas, um importante grupo de pressão que o apoiava, ter boas relações com D. João IV, o que poderia lhes conferir facilidades em obter o favor real.<sup>46</sup>

Diante desse quadro, em 1640, as autoridades fluminenses aceitaram D. João IV como legítimo rei, o que era de grande importância para o Reino, dada a posição estratégica dessa capitania, como já visto, para o comércio com o Rio da Prata.<sup>47</sup>

Em 1641, D. João IV concede a mercê de governador e capitão-mor do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá e Benevides, em reconhecimento aos servidos prestados a Coroa. Vale aqui esclarecer que a carta é de conteúdo semelhante a concedida por Filipe IV, quando Salvador passou a ocupar o cargo de governador. Logo, nesta mercê é elencado não só os serviços prestados por Benevides ao longo de sua trajetória nos trópicos, mas também os dos seus ascendentes, no que dizia respeito aos feitos e uso de recursos próprios para a manutenção e defesa da capitania. O socorro a Pernambuco e a participação na Restauração da Bahia também foi mencionado no documento, assim como sua atuação na defesa do Espírito Santo contra os holandeses e no Paraguai contra os índios rebelados. O bom procedimento de Salvador Correa também mereceu destaque:

(...) fazendo outros serviços de consideração, sempre com satisfação e tendo respeito particular a boa informação que tenho do seu procedimento ficando dele que em tudo o de que carregar procederá muito como convier a meu serviço, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê em satisfação dos ditos serviços e demais de outras que pelos ditos lhe fez da Capitania-mor e governo do Rio de Janeiro por tempo de três anos e servindo nos ditos anos com satisfação como dele espero hei por bem continue no dito governo por outros três anos que a servir duzentos mil réis de ordenado. (...).<sup>48</sup>

Os poderes e jurisdição e alçada de Benevides seria igual aos dos outros governadores e capitães-mores do Estado do Brasil e teria ainda de acordo com o rei,

todos os poderes que os governadores-gerais do dito estado tiverem concedidos aos seus anteriores para conveniência do meu serviço conforme a comissão que lhe tenho dado naquelas coisas que entenderem que convinha ao bom governo assim da terra como da paz (...).<sup>49</sup>

Como podemos inferir, a preservação de Salvador Benevides no cargo atendia não só a estratégia da Coroa para conquistar o apoio oriundo dos grupos locais na legitimação do novo monarca, como também, a manutenção do *status quo*, já que este era membro de uma família que há muito governava o Rio, sendo um bom conhecedor da realidade da capitania e da própria colônia.<sup>50</sup>

Em 1643, Benevides foi acusado por várias instancias de poder, como o local, representado pelo Senado da Câmara e pelo ex-provedor Domingos Correia, um dos homens mais poderosos do Rio de Janeiro, Cavaleiro do Hábito da Ordem de Cristo, aparentado com seus opositores, a quem o governador havia retirado do cargo para prover Pedro de Souza Pereira. Tais opositores enviaram denuncia ao Conselho Ultramarino através de uma carta onde expunham as irregularidades cometidas na capitania, dentre as quais podemos citar: uso indevido de recursos da Coroa, preenchimento de cargos públicos por familiares e amigos, criação de taxas e impostos dos quais era coletor e administrador, construção de fortificações com materiais de baixa qualidade.<sup>51</sup>

A oposição feita a Salvador por Domingos Correia ganhou o apoio dos paulistas que eram contrários ao apoio dado por aquele aos jesuítas. O governador afastou-se do cargo para poder se defender. Através de uma petição procurou, segundo Antonio Caetano, sensibilizar a Coroa resgatando a história de sua família junto a Capitania fluminense e ainda “listar os feitos em prol da Coroa portuguesa”, a fim de “demarcar a existência de fidelidade frente à autoridade régia”<sup>52</sup>.

Foi V.M. servido remeter a este Conselho uma petição de Salvador Correa de Sá na qual diz que é filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correa de Sá e que os ditos seu pai e avô serviram por 60 anos fazendo um e outro no decurso do dito tempo muitos e

assinalados serviços com tanto dispêndio de sua fazenda, como é notório.<sup>53</sup>

Alegou ainda que seguia o caminho dos seus antepassados, possuindo mais de trinta anos de serviços prestados a Coroa com zelo e satisfação e que as críticas que sofrera em relação a sua administração fazia parte de um complô de seus inimigos (Domingos Correia, João de Castilho Pinto e João Fagundes) que nutriam ódio por ele e “capitularam, tentando com calúnias sem fundamentos”<sup>54</sup> aniquilar sua reputação. No final de toda essa celeuma, Salvador Correa de Sá foi absolvido das acusações, ganhando mais prestígio junto a Coroa.

Em 1648, Benevides participou como comandante, da armada que reconquistaria Angola dos holandeses. Em razão disso, veio a acumular o cargo de capitão-mor de Luanda e de governador daquela localidade, contribuindo com uma política de incentivo ao tráfico de escravos com o Brasil.<sup>55</sup> Mostrou ainda grande habilidade em conciliar os interesses de sua família, de seus aliados e da Coroa. Nesse sentido, apresentou ao Conselho Ultramarino e ao Rei, D. João IV, um conjunto de propostas que visavam a ampliação de seus poderes e a preeminência da sua parentela e de seus partidários na praça fluminense. Entre essas propostas destaca-se a separação do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Capitânicas de baixo sob o comando do Governo-geral na Bahia. O objetivo era fazer do Rio a capital da Repartição Sul, e ele próprio seu governador e capitão general, a fim de melhor proteger a região de um possível ataque holandês.

O apoio dado por D. João IV a Benevides, perante o Conselho Ultramarino nas questões que envolviam a nomeação de governadores para o Rio, revelam por um lado o reconhecimento do monarca pela ampla capacidade de articulação dos Correia de Sá e por outro lado “a centralidade política e estratégica que a cidade do Rio de Janeiro adquirira ao se declarar a favor da independência portuguesa e da aclamação da dinastia de Bragança.”<sup>56</sup> O Rio torna-se a partir daí um pólo de fidelidade ao novo rei, contribuindo para a afirmação do novo soberano nas partes longínquas do Império português. Sua posição geográfica privilegiada facilitou a articulação entre importantes praças comerciais do império lusitano o que a permitiu obter um destaque não só econômico mas também político, viabilizando no século seguinte sua superioridade sobre as demais partes da América portuguesa.

### **Considerações finais**

A aclamação de D. João IV ao trono português não acarretou uma série de deposições em massa daqueles que ocupavam cargos da administração colonial, isso especialmente pelas bandas da América portuguesa. O tema não é simples, a verdade é que seria necessário um estudo onde examinasse, de forma conjunta, em cada capitania, a situação colonial na ocasião de transição de Governo.

Seja como for, de uma maneira geral, à exceção de alguns impasses e conflitos mais contundentes como já ressaltado, a transição do Governo não apresentou grandes resistências na colônia brasileira.

A presença de Benevides à frente da capitania do Rio de Janeiro, como foi profundamente defendido neste artigo, explica-se em detrimento de uma conjunção de fatores articulados. Se por um lado é possível encarar a sua manutenção no cargo como uma resultante da estratégia de D. João IV de manter a fidelidade e obediência de Benevides (fruto de uma política de concessão de mercês), contando ainda com os recursos financeiros próprios do governador, elemento esse escasso ao novo rei, por outro, inclusive com base no teor da Carta régia que concedeu ao governador mais tempo no cargo, as políticas e as investidas militares de Benevides e de seus antepassados na defesa dos interesses metropolitanos na capitania do Rio de Janeiro enfatizam o seu esforço na preservação do domínio português sobre o território brasileiro. Esses fatos associados à conjuntura durante o reinado de D. João IV que necessitava da integração econômica do império, tendo o Rio de Janeiro como pólo dessa articulação ajudam a compreender a sua permanência como governador.

A pedra no encaixe de Benevides, segundo alguns historiadores, foi a sua relação com o governo espanhol. Isso serviu, no mínimo, pra produzir certa desconfiança por parte do monarca português recém aclamado. Entretanto, não houve outra saída, o jeito era confiar na sujeição de Salvador Benevides, afinal ele possuía uma vasta experiência nos assuntos coloniais. O governador se manteve leal ao juramento feito em 1640, o qual prometeu defender os interesses do rei e de Portugal.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Rio de Janeiro, Andréa Jakobsson, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho. FRAGOSO, João Luís Ribeiro & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (orgs.) Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, Edval de Souza. Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa, CHAM, 2008.

BENTES, Rodrigo. O Rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização na América (1640-1720). São Paulo, EDUSP, 2003.

BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686. São Paulo, Companhia das Letras, 1973.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser Sol. Clio Série História do Nordeste, n.22.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990.

COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século dezessete. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Açúcar e Colonização. São Paulo: Alameda, 2010.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750). In ALMEIDA, Carla M. Carvalho. FRAGOSO, João Luís Ribeiro & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (orgs.) Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

LENK, Wolfgang. A aclamação de D. João IV na Bahia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares. A Casa de Bragança 1560 – 1640: práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

MEGIANI, Ana Paula Torres; PERES, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei. O Brasil na monarquia hispânica (1580-1668): novas interpretações. São Paulo, Humanitas, 2014.

RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. Os manuscritos da Casa de Cavadal respeitantes ao Brasil, 1955.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil c.1530-c.1630. São Paulo, Alameda, 2009.

RIO DE JANEIRO: histórias concisas de uma cidade de 450 anos . Rio de Janeiro, SME, 2015.

SÁ, Helena de Cassia Trindade de. A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra de Restauração (ca.1580-ca.1668). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SANCHES, Marcos Guimarães. Governo do Rei e bem comum dos súditos. Anais. XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SCHAUB, Jean Frédéric. Portugal na monarquia hispânica (1580-1640). Lisboa, Livros Horizontes, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a sombra: política e administração portuguesa no século XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

WRIGHT, Antonia F. Pacca de Almeida. O Brasil no período dos Felipes In: HOLANDA, Sergio Buarque de, A época Colonial. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, vol.1 São Paulo: Difel, 1976.

#### Referência dos documentos utilizados

AHU, ACL, Rio de Janeiro. Cx.2, Doc.311-312. Consulta ao Conselho Ultramarino acerca da petição de Salvador Correa de Sá em que solicita a suspensão da devassa que os seus inimigos lhe haviam injustamente devido.

AHU, ACL, N, Rio de Janeiro, Caixa 10. Doc. 1813-1822. Escritura pela qual a Câmara aforou a Salvador Correa de Sá e Benevides 10 braças de terra por cinco de largo para nelas construir um armazém para os açúcares e outras mercadorias. Rio de Janeiro, 8 de março de 1636.

AHU, ACL, Rio de Janeiro, CA, Cx. 2, Doc. 229-231. Requerimento do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro Domingos Correia no qual pede para ser reintegrado no seu lugar, de que fora suspenso pelo capitão-mor Salvador Corrêa de Sá.(1642).

ANTT- Chancelaria da Ordem de Santiago, livro 10, folha 30. PT/TT/COM-F-B-1-10.- Concessão do título de Cavaleiro da Ordem de Santiago a Salvador Correa de Sá e Benevides.

ANTT- Chancelaria de D. Filipe III-Livro, 40, fl.108 - PT/TT/CHR/P/1/40-Capitão-mor e governador do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá e Benevides.

ANTT- Registro geral de Mercês, Mercê da Torre do Tombo, livro 8, fl. 148-149. PT/TT/RGM/Q/0008/49063. mercê concedida a Salvador Correa de Sá e Benevides para desempenhar a função de governador e capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro em 1641.

---

<sup>1</sup> BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola.1602-1686. São Paulo: Companhia das Letras, 1973, p. 22.

<sup>2</sup> Salvador Correia de Sá e Benevides era filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correia de Sá, que substituiu Estácio de Sá que morreu em decorrência de uma flechada em combate com os tupis-guaranis. Seu avô era sobrinho de Mém de Sá, terceiro governador-geral do Brasil.

<sup>3</sup> Benevides exerceu vários cargos, entre eles General das Frotas do Brasil (Regimento do Conselho Ultramarino. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. Raízes da formação administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: IHGB, 1972, p. 616) e Administrador das Minas de São Paulo (AHU, ACL, CU, Cx.2, D.211-214 – Carta Régia pela qual faz mercê a Salvador Correa de Sá e Benevides da administração das Minas de S. Paulo).

<sup>4</sup> Para maiores detalhes ver: CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>5</sup> Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750). In ALMEIDA, Carla M. Carvalho. FRAGOSO, João Luís Ribeiro & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>6</sup> A divisão do Estado do Brasil em duas partes foi um expediente lançado pela Coroa portuguesa em algumas ocasiões, para atingir metas específicas. Assim temos três momentos: 1572-1577; 1608-1612; 1658-1662. Em 1572 dividiu-se a unidade administrativa do Estado do Brasil em dois governos gerais. Já em 1608 e 1658 houve uma mudança da natureza da divisão, criou-se um governo independente do Estado do Brasil, a Repartição Sul. Naquele ano foi nomeado o governador Francisco de Sousa, enquanto neste Salvador Correa de Sá e Benevides assume o governo-geral da Repartição Sul (RIBEIRO, Mônica da Silva. “Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição Sul”. In: SÁ, Helena de Cassia Trindade de. A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra de Restauração (ca.1580-ca.1668). Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016, p. 72).

<sup>7</sup> Que segundo Stuart Schwartz, entre 1600-1630, Pernambuco era “o maior produtor brasileiro de açúcar” (SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 157). Ver também FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Açúcar e Colonização. São Paulo: Alameda, 2010, p. 102.

<sup>8</sup> LENK, Wolfgang. A aclamação de D. João IV na Bahia. Anais...XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, 2011, p. 1.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. A aclamação de D. João IV na Bahia, p. 5.

<sup>10</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 125.

<sup>11</sup> “(...) verifica-se do fato de haver D. João IV, pela carta régia de 15 de agosto deste mesmo ano (1641), confirmado a patente de Salvador Correia de Sá e Benevides como governador do Rio de Janeiro” (COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século dezessete. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 88).

<sup>12</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 161 e 163.

<sup>13</sup> De acordo com Charles Boxer: “Mediante acordo entre a monarquia espanhola e as cortes portuguesas (Parlamento) de Tomar, que em 1581 legalizavam formalmente a tomada do trono de Portugal por Filipe II, continuavam aqueles dois países com suas colônias, a ser administradas em base exclusivamente nacional, como até então. Assim, Portugal em teoria e suas colônias, tanto na teoria como na prática, conservaram a sua independência administrativa durante a união pessoal das duas coroas nos reis do ramo hispânico da dinastia dos Habsburgos.” (BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 17).

<sup>14</sup> SANCHES, Marcos Guimarães. Fiscalidade e fomento na colonização do Brasil: orientações e contradições. Anais... XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005, p.1.



<sup>15</sup> RICUPERO, Rodrigo. “O Brasil e Filipe IV: Uma aproximação”. In MEGIANI, Ana Paula Torres; PERES, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei. O Brasil na monarquia hispânica (1580-1668): novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 155.

<sup>16</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.) O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 49.

<sup>17</sup> ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700). Rio de Janeiro: Andréa Jakobsson, 2010, p. 26.

<sup>18</sup> SANCHES. Fiscalidade e fomento na colonização do Brasil, p.1.

<sup>19</sup> Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 202.

<sup>20</sup> BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana da visão de D. Luís da Cunha à sede de vice-reinado (1736-1763). História (São Paulo), v.30, n.1, p.37-55, jan./jun.2011.p.45

<sup>21</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 23.

<sup>22</sup> ANTT – Chancelaria da Ordem de Santiago, livro 10, folha 30. PT/TT/COM-F-B-1-10.- Concessão do título de Cavaleiro da Ordem de Santiago a Salvador Correa de Sá e Benevides.

<sup>23</sup> BICALHO, Maria Fernanda. Redesenhando fronteiras, ampliando jurisdições: o Rio de Janeiro no período filipino. Anais... XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, Natal, 2013.p.3

<sup>24</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 71-72.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 71-72.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 106.

<sup>27</sup> Alcaide-mor, segundo Charles Boxer era um título de origem mourisca, correspondendo aproximadamente ao posto de um governador militar de uma cidade. Tinha por obrigação ver se os fortes se achavam bem guarnecidos e aprovisionados para a defesa, a perder antes a se omitir no desempenho do cargo, e não se ausentar do posto a não ser por ocasião urgente, deixando então uma pessoa de toda a sua confiança. Gozavam de grandes privilégios e era seu dever controlar todas as forças trazidas do interior para dentro de sua jurisdição (Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 81).

<sup>28</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 109.

<sup>29</sup> BICALHO, Maria Fernanda. Redesenhando fronteiras, ampliando jurisdições: o Rio de Janeiro no período filipino. Anais... XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, Natal, 2013.p.3

<sup>30</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. P.214.

<sup>31</sup> ANTT- Chancelaria de D. Filipe III-Livro, 40, fl.108 - PT/TT/CHR/P/1/40-Capitão-mor e governador do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá e Benevides.

<sup>32</sup> ANTT- Chancelaria de D. Filipe III-Livro, 40, fl.108 - PT/TT/CHR/P/1/40-Capitão-mor e governador do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá e Benevides.

<sup>33</sup> ANTT- Chancelaria de D. Filipe III-Livro, 40, fl.108 - PT/TT/CHR/P/1/40-Capitão-mor e governador do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá e Benevides.

<sup>34</sup> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser Sol. Clio Série História do Nordeste, n.22, p. 348.

<sup>35</sup> Essa autonomia estava diretamente relacionada com a distância territorial entre a metrópole e a colônia, fato que obrigava os governadores a tomarem decisões de governo, principalmente em se tratando de emergências.

<sup>36</sup> Em 1631houve uma reformulação na distribuição das secretarias permanecendo apenas duas: a de Estado e a de Mercês, devendo ser endereçadas a essa ultima os assuntos relativos à Índia e na qual confluíam também as matérias que diziam respeito aos negócios ultramarinos.( HESPANHA, Antonio Manuel. As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal-séc. XVII. Coimbra, Almedina, 1994,p.246./COSTA, André da Silva. Os secretários e o Estado do Rei: luta de corte e poder político-secs. XVI-XVII. Dissertação(Mestrado)Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 2008,p. 113)

<sup>37</sup> HESPANHA, A. A constituição do império português : revisão de alguns enviesamentos correntes in FRAGOSO; BICALHO; GOUVEA (Org.). O Antigo Regime nos trópicos, a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 177-178.

<sup>38</sup> RICUPERO. A formação da elite colonial: Brasil c.1530-c.1630. São Paulo, Alameda, 2009. p.176.

<sup>39</sup> AHU, ACL, N, Rio de Janeiro, Caixa 10. Doc. 1813-1822. Escritura pela qual a Câmara aforou a Salvador Correa de Sá e Benevides 10 bracas de terra por cinco de largo para nelas construir um armazém para os açúcares e outras mercadorias. Rio de Janeiro, 8 de março de 1636.

<sup>40</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 127.

<sup>41</sup> CAETANO, O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser Sol, p. 350.

<sup>42</sup> COARACY. O Rio de Janeiro no século dezessete, p. 89.

<sup>43</sup> SÁ. A Alfândega do Rio de Janeiro, p. 144-145.

---

<sup>44</sup> AHU, ACL, Rio de Janeiro, CA, Cx. 2, Doc. 229-231. Requerimento do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro Domingos Correia no qual pede para ser reintegrado no seu lugar, de que fora suspenso pelo capitão-mor Salvador Corrêa de Sá (1642).

<sup>45</sup> BARROS, Edval de Souza. Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: CHAM, 2008, p. 97.

<sup>46</sup> BARROS. Negócios de tanta importância, p. 97.

<sup>47</sup> SÁ. A Alfândega do Rio de Janeiro, p. 99.

<sup>48</sup> ANTT- Registro geral de Mercês, Mercê da Torre do Tombo, livro 8, fl. 148-149. PT/TT/RGM/Q/0008/49063. mercê concedida a Salvador Correa de Sá e Benevides para desempenhar a função de governador e capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro em 1641.

<sup>49</sup> ANTT- Registro geral de Mercês, Mercê da Torre do Tombo, livro 8, fl. 148-149. PT/TT/RGM/Q/0008/49063. mercê concedida a Salvador Correa de Sá e Benevides para desempenhar a função de governador e capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro em 1641.

<sup>50</sup> De acordo com Edval de Souza Barros, Salvador e sua família eram figuras importantes para o bom governo das capitanias do sul e seus interesses cada vez mais se confundiam com os da Coroa. (BARROS, Edval de Souza. Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico. Braga: CHAM, 2008, p. 284).

<sup>51</sup> BOXER. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, p. 152.

<sup>52</sup> CAETANO, O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser Sol, p. 355.

<sup>53</sup> AHU, ACL, Rio de Janeiro. Cx. 2, Doc. 311-312. Consulta ao Conselho Ultramarino acerca da petição de Salvador Correa de Sá em que solicita a suspensão da devassa que os seus inimigos lhe haviam injustamente devido.

<sup>54</sup> AHU, ACL, Rio de Janeiro. Cx. 2, Doc. 311-312. Consulta ao Conselho Ultramarino acerca da petição de Salvador Correa de Sá em que solicita a suspensão da devassa que os seus inimigos lhe haviam injustamente devido.

<sup>55</sup> PINTO, Alberto Oliveira. A estátua de Salvador Correia de Sá em Luanda: a cidade alta, o poder colonial luso-brasileiro e o mito da restauração. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo, USP, 29, 30, 2009- 2010.

<sup>56</sup> BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana da visão de D. Luís da Cunha à sede de vice-reinado (1736-1763). História (São Paulo), v.30, n.1, p.37-55, jan./jun.2011 p. 43.